

LEGISLATIVO

Projeto quer abrir crédito para compra de equipamentos para escolas municipais

| VALOR DE R\$ 1,1 MILHÃO VEM DE CONVÊNIO COM O ESTADO E ATENDERÁ 80 UNIDADES

■ SÍLVIO AZEVEDO

Os vereadores aprovaram em primeira discussão, durante a sessão desta segunda-feira (14), um projeto de lei que abre crédito especial no orçamento da Secretaria Municipal de Educação. O valor de R\$ 1,1 milhão será destinado para a aquisição de equipamentos para escolas da rede municipal, através de convênio com o Governo do Estado.

Com o recebimento da verba, serão adquiridos armários,

arquivos, cadeiras e mesas para escritório, conjunto escolar, escaninho para escritório, ventiladores, televisores, lavadoras de pressão, telas de projeção, projetores multimídias, impressoras, computadores, bebedouros, fornos industriais, micro-ondas, refrigeradores e fogões. Os equipamentos devem ser destinados a 80 escolas municipais.

O recurso, vindo de emendas parlamentares, já está disponível na conta da Prefeitura de Uberlândia. “Projeto é simples, mas fundamental para a educação de Uberlândia.

Um projeto de R\$ 1,1 milhão de emendas parlamentares. Serão equipamentos para melhorar 80 escolas de Uberlândia, melhorando a educação dos nossos alunos. Os equipamentos são fundamentais para que os servidores possam ter melhorias nas condições de trabalho”, afirmou Antônio Carrijo (PSDB), líder do Governo na Câmara.

Membro da comissão de Educação da Casa, Cláudia Guerra (PDT), também falou da importância do recebimento da verba e lembrou que possui um projeto para que o Município

disponha de almofadas específicas para crianças com Transtorno Espectro Autista (TEA), a fim de evitar lesões causadas pelas crises que possam sofrer.

“Entendemos que todo tanto é pouco. Gostaríamos de ver as vans funcionando normalmente. ASGs exaustas por conta do número insuficiente de profissionais. Mas é bom que vá para mobiliário”.

Após discussão do projeto pelos vereadores, a proposta foi aprovada com unanimidade. O projeto deve voltar para segunda discussão na sessão desta terça-feira (15).

CMU/DIVULGAÇÃO



O projeto deve voltar para segunda discussão na sessão desta terça-feira (15)